



DEPARTAMENTO DE ENSINO E INVESTIGAÇÃO

CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA

ANTÓNIO FILIPE KAKUNDUMBA

**PROPOR ESTRATÉGIAS PARA MELHORAR A REFORMA
EDUCATIVA NO PROCESSO – ENSINO APRENDIZAGEM AOS
ALUNOS DA 5^a CLASSE NA ESCOLA PRIMÁRIA BG N° 4005, 27
DE MARÇO NO MUNICÍPIO DO CUBAL, QUANTO AO ENSINO
DA HISTÓRIA.**

ANTÓNIO FILIPE KAKUNDUMBA

**PROPOR ESTRATÉGIAS PARA MELHORAR A REFORMA
EDUCATIVA NO PROCESSO – ENSINO APRENDIZAGEM AOS
ALUNOS DA 5^a CLASSE NA ESCOLA PRIMÁRIA BG Nº 4005, 27
DE MARÇO NO MUNICÍPIO DO CUBAL, QUANTO AO ENSINO
DA HISTÓRIA.**

Projecto de fim de curso apresentado ao Instituto Superior Politécnico da Caála, com o tema: Propor estratégias para melhorar a reforma educativa no processo – ensino aprendizagem aos alunos da 5^a classe na escola primária BG nº 4005, 27 de Março no Município do Cubal, quanto ao ensino da História.

Orientador: Lic. Maradona Gonçalves

CAÁLA-2023

Dedico este trabalho primeiramente à Deus nosso Criador, aos meus pais e as pessoas mais próximas na luta ao alcance acadêmico.

AGRADECIMENTOS

Segundo Hernando de Almeida e Carmo (1998:15), nenhuma obra nasce de geração espontânea. Em regra, resulta de acumulação de trabalho de muita gente, de que o autor é face visível.

Este trabalho foi realizado graças a colaboração de muitos colegas. Com efeito, quero agradecer aos que me apoiaram mais de perto com o seu estímulo e com o seu trabalho, em particular, o Professor Maradona Gonçalves pelo apoio dado e pela paciência que teve na realização deste trabalho e ao instituto superior politécnico da Caála pelos conhecimentos transmitidos.

RESUMO

O presente trabalho fala da reforma educativa e seu impacto no processo de ensino – aprendizagem. Tendo em conta essa necessidade de se definirem padrões que propiciem o alcance dos objetivos estabelecidos, no presente trabalho, faremos pesquisa bibliográfica, análise documental e recortes de jornais. A pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. A pesquisa documental assemelha-se muito à pesquisa bibliográfica. A diferença essencial entre ambas está na natureza das fontes. Enquanto na pesquisa bibliográfica se utiliza fundamentalmente das contribuições dos diversos autores sobre determinado assunto. Este estudo está estruturado em : Introdução, Fundamentação teórica, Procedimentos Metodológicos Cronograma de actividades e Conclusões.

PALAVRAS-CHAVE: Reforma educativa, sistema educativo e processo de ensino – aprendizagem.

ABSTRACT

The present work speech of the educational reform and his/her impact in the teaching process - learning. Having in bill that need of if they define patterns to propitiate the reach of the established objectives, in the present work, we will make bibliographical research, documental analysis and cuttings of newspapers. The bibliographical research is developed with base in material elaborated already, constituted mainly of books and scientific goods. The documental research resembles each other a lot to the bibliographical research. The essential difference among both it is in the nature of the sources. While in the bibliographical research it is used fundamentally of the several authors' contributions on certain subject. This study is structured in: Introduction, theoretical Fundamentation, Methodological Procedures activities Cronograma and Conclusions.

KEYS - WORD: Reforms educational, educational system and teaching process - learning

INDÍCE

1	INTRODUÇÃO	9
1.1	.Descrição da situação problemática.....	9
1.2	Objectivos	10
1.2.1	Geral:	10
1.2.2	Específicos:.....	10
1.3	Contribuição do trabalho	11
2	FUNDAMENTAÇÃO TEORICA	12
2.1	Historial da Reforma Educativa.....	12
2.2	Reforma educativa	14
	Primeira Reforma Educativa em Angola (1978)	14
	Segunda reforma educacional (2001)	15
2.3	A Lei de Bases Nº 13/01 do Sistema de Educação (Reforma Educativa)	17
2.4	Justificação e Cronograma da reforma educativa	18
2.5	O processo de Implementação da Reforma Educativa de 2001/2004.....	20
2.6	Níveis do sistema educativo	21
2.7	O Ensino Primário e a Monodocência na Reforma	21
2.8	Estrutura do novo sistema de educação	22
3	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	23
3.1	Caracterização do local	23
3.2	Caracterização do Município do Cubal.....	23
3.3	Caracterização da escola	23
3.4	Métodos utilizados	23

3.5	Análise e síntese.....	24
3.6	Indutivo-dedutivo.....	24
3.7	Entrevista:	24
3.8	Questionário.....	24
3.9	Tipo de pesquisa	24
3.10	Determinação da População e Amostra	24
3.11	Amostra.....	24
3.12	Tipo de abordagem	25
3.13	Princípios éticos da pesquisa	26
3.14	Técnicas e Instrumentos de recolha de dados	26
4	DESCRIÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	27
5	PROPOSTA DE SOLUÇÃO	32
6	CONCLUSÕES.....	33
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	34
	APÊNDICE.....	36
6.1	APÊNDICE 1.....	37
6.2	APÊNDICE 2- Imagem da escola.....	38
6.3	APÊNDICE 3- Imagem dos alunos	39

1 INTRODUÇÃO

Apostar na educação do país, é apostar na sobrevivência do mesmo e perspetivar um futuro melhor, mais responsável, mais esclarecido, mais crítico, flexível e respeitador dos importantes valores da nação. Assim, entendemos a aposta desta reforma na massificação, numa perspetiva de erradicar o analfabetismo, bem como nos objetivos de atingir a qualidade de ensino entre outros pressupostos.

Angola é um país que está localizado na região Austral do Continente Africano. Tem uma superfície de 1.246.700 km², e está dividida em 18 províncias, conta com uma população estimada em 25.789.0241 habitantes segundo os resultados apresentados pelo Instituto Nacional de Estatística após o censo populacional e habitacional que foi realizado no ano de 2014 (INE, 2016).

Podemos considerar, que numa primeira análise, das inovações introduzidas pela reforma educativa em Angola, destacam-se as mudanças em alguns manuais de ensino no agora primeiro ciclo que vai da sétima a nona classe bem como no nível inferior que desce até a primeira classe.

Desenvolvemos uma investigação, de carácter mista, recorrendo a técnicas suportadas pelo inquérito por questionário e por entrevista, coadjuvado pela análise documental. Recorremos também a uma pesquisa bibliográfica que permitiu o aprofundamento da problemática em análise.

1.1 .Descrição da situação problemática

“Angola é um país constituído por dezoito (18) Províncias sendo: Bengo, Benguela, Bié, Cabinda, Kuando Kubango, Kuanza Norte, kuanza- Sul, Cunene, Huambo, Huila, Luanda, Lunda- Norte, Lunda-Sul, Malange, Moxico, Namibe, Uige e Zaire” (INIDE, 2003).

Os Angolanos viram ser apresentada a proposta de uma reforma educativa, que não tardaria entrar em vigor. No ano de 2004 se deu então a oficialização e efetivação da implemetação da tão almejada reforma, visto que o sistema educativo adotado no segmento da proclamação da Independência Nacional acabou não atendendo as espectativas da sociedade por diversos fatores.

As principais motivações que conduziram ao desenvolvimento desta investigação estiveram na base ao melhoramento da prática pedagógica e não só. Temos notado que muitos

dos estudantes que davam continuação à formação inicial, antes obtida pelos institutos médios, apresentavam graves dificuldades, provenientes das debilidades experienciadas na sua formação anterior, que os devia preparar conveniente para o exercício da profissão.

Toda a investigação tem início num problema que preocupa o investigador, sendo esse o “motor” para o desenvolvimento do trabalho que lhe precede. De acordo com Marconi e Lakatos (2009) o problema é uma dificuldade teórica ou prática no conhecimento de alguma coisa de real importância, para o qual se deve encontrar uma solução.

Na mesma linha de pensamento Tuckman (2000, p. 37) “ toda a investigação tem por base um problema inicial que constantemente e ciclicamente se vai complexando, em interligações constantes com novos dados até a procura de uma interpretação valida e coerente e solucionadora”

Face ao contexto apresentado, o problema desta investigação consistiu em estudar:

De que modo a reforma educativa tem beneficiado a qualidade de ensino nos alunos da 5^a classe na escola primária BG nº 4005, 27 de Março no Município do Cubal, quanto ao ensino da História?

1.2 Objectivos

1.2.1 Geral:

Conhecer as estratégias para melhorar a reforma educativa no processo – ensino aprendizagem aos alunos da 5^a classe na escola primária BG nº 4005, 27 de Março no Município do Cubal, quanto ao ensino da História.

1.2.2 Específicos:

- 1) Compreender as estratégias para melhorar a reforma educativa no processo – ensino aprendizagem aos alunos da 5^a classe na escola primária BG nº 4005, 27 de Março no Município do Cubal, quanto ao ensino da História.
- 2) Explicar o impacto da Reforma Educativa comparativamente ao sistema vigente quanto ao processo – ensino aprendizagem aos alunos da 5^a classe na escola

primária BG nº 4005, 27 de Março no Município do Cubal, quanto ao ensino da História.

- 3) Comparar o nível de aprendizagem no ensino vigente e o nível de aprendizagem na Reforma Educativa aos alunos da 5ª classe na escola primária BG nº 4005, 27 de Março no Município do Cubal, quanto ao ensino da História.
- 4) Propor estratégias para melhorar a reforma educativa no processo – ensino aprendizagem aos alunos da 5ª classe na escola primária BG nº 4005, 27 de Março no Município do Cubal, quanto ao ensino da História.

1.3 Contribuição do trabalho

Podemos ainda considerar que a escolha da temática desta investigação prende-se também a questões pessoais relacionadas com alguns problemas inerentes à educação das crianças do ensino primário e 1º ciclo, cujo ensinamento é a garantia de bases sólidas para as classes subsequentes.

Esta problemática conduziu-nos a outras indagações como tentar perceber se a reforma educativa e curricular introduziu mudanças que constituem desafios.

A relevância deste trabalho não se resume apenas a proposição do trabalho, mas aos demais interessados em estudar o assunto bem como a toda sociedade angolana, uma vez que a educação possui um impacto em todas as áreas da sociedade. Uma educação de qualidade pode fazer diferença em qualquer sociedade e o direito a ela e de qualidade certamente assegura a qualquer povo ou indivíduo diversos outros direitos. O presente trabalho poderá servir também de apoio e suporte em termos de conteúdo para futuras pesquisas que possam surgir a respeito do mesmo.

Desta forma, pensamos estar a contribuir para o reforço da eficácia do sistema de educação em Angola, melhorando o sistema de informação entre os diferentes sectores para garantir a fluidez da informação, dando respostas significativas às exigências internacionais que surgem a nível da educação

2 FUNDAMENTAÇÃO TEORICA

A sociedade angolana compreendeu as inúmeras fragilidades existentes no sistema educativo adotado na sequência da proclamação da sua independência e com isso se propôs então adotar medidas para reformar o mesmo atendendo as demandas que surgiram na frente com necessidade da criação de um estado novo.

2.1 Historial da Reforma Educativa

O historial da reforma educativa, evoluiu da seguinte forma:

1ª Reforma Educativa: 1845, Oficialização do Ensino

2ª Reforma Educativa: 1906, Ocupação efectiva dos territórios

3ª Reforma Educativa: 1927, Fim da 1ª República Portuguesa

4ª Reforma Educativa: 1933, Nova constituição da República Portuguesa

5ª Reforma Educativa: 1967, Decreto-Lei de 9 de Julho de 1964

6ª Reforma Educativa: 1978, 3ª Revisão Constitucional (1ª)

7ª Reforma Educativa: 2004, Lei 13/01 de 31 de Dezembro (2ª)

A este respeito segundo dados do INIDE (2003), a estrutura do sistema de educação em Angola, aprovado em 1977 e implementado em 1978, contempla o ensino médio normal de educação, com duração de 4 anos, segundo os princípios de base para a reformulação do sistema de educação e ensino na república popular de Angola.

Angola foi durante cerca de cinco séculos uma colónia portuguesa e conquistou a sua independência a 11 de Novembro de 1975. A lei constitucional angolana consagra a educação como um direito para todos os cidadãos, independentemente do sexo, raça, etnia e crença religiosa.

Segundo LBSE (2001) em 1977, dois anos após a independência nacional é aprovado um novo sistema nacional de educação e ensino cuja implementação se iniciou, em 1978 e que tem como princípios gerais os seguintes:

1. Igualdade de oportunidades no acesso e continuação dos estudos
2. Gratuidade do ensino a todos os níveis
3. Aperfeiçoamento constante do pessoal docente

“Em 1986, foi efetuado pelo Ministério da Educação um diagnóstico do sistema de educação com a finalidade de fazer um levantamento das debilidades e das necessidades do sistema. Com base nesse diagnóstico chegou-se à conclusão da necessidade de ser concebida e implementada uma reforma educativa e curricular”. (INIDE, 2003).

Nos últimos anos tem-se registado uma nova inflexão nos discursos sobre o sector educacional. A situação é clara: o mundo moderno exige de todos, no mínimo, um bom domínio da linguagem oral e da escrita, conhecimentos científicos básicos e iniciação às linguagens da informação.

Em 2001 a Assembleia Nacional da República de Angola aprovou a lei de bases do sistema educativo. Este normativo legal, no artigo 10º da lei de base do sistema educativo, contém o delinear do que se pretende com esta ação e o novo sistema cuja estrutura integra os seguintes subsistemas: da educação pré-escolar, do ensino geral, do ensino técnico-profissional, de formação de professores, de educação de adultos, do ensino superior. O subsistema de formação de professores, segundo o artigo 28º estrutura-se nos seguintes níveis com duração de 4 a 6 anos, respetivamente: médio normal (alvo da presente investigação), superior pedagógico. (LEI 13/01 DE 31 DE DEZEMBRO).

Segundo Goguelin (1995), formar não é apenas um fenómeno de adquirir conhecimentos, porém inclui a progressiva mudança multifacetada da personalidade a nível intelectual, físico, social, afectivo, fazendo com que o sujeito formado interaja de maneira eficiente com o meio que o circunda.

A formação assume um papel que transcende o ensino centrado numa mera atualização científica, pedagógica e didática, transformando-se na possibilidade de criar espaços de participação, reflexão e formação

De acordo com o Ministério da Educação (2019), com a adoção desse sistema educacional, a educação passou a organizar-se do seguinte modo: “um subsistema do ensino de base; um subsistema do ensino técnico-profissional; e um subsistema do ensino superior”.

A formação significa um processo de desenvolvimento individual destinado a adquirir ou aperfeiçoar capacidades.

“O Sistema de Educação na República de Angola é caracterizado por dois problemas fundamentais, a saber: o acesso e a qualidade, sendo mais grave a situação no domínio da educação básica e da formação média, impondo assim a urgente tomada de medidas” (GOV. Angola, 2001, p.11).

2.2 Reforma educativa

Primeira Reforma Educativa em Angola (1978)

A proposta da primeira reforma educativa de 1978 abarca quatro princípios. Esses princípios segundo Marques (2007) são:

1. A lógica da dialéctica da qualificação;
2. A justificativa pela busca da qualidade;
3. A temática da descentralização, participação e autonomia;
4. O princípio e processo de flexibilização.

Segunda reforma educacional (2001)

A reformulação do sistema de ensino em Angola no início do novo milênio é, de um lado, consequência do diagnóstico realizado pela equipe do Ministério da Educação em 1986 que constatou falhas na organização do sistema do ensino e no rendimento acadêmico dos alunos. (DAKAR, 2006).

Segundo a Comissão de Acompanhamento e Avaliação da Reforma Educativa (CAARE, 2013), a educação é um fenômeno social, resultante da ação de sujeitos nas suas mais diversas formas de interações, surgindo com o próprio homem.

A educação é um processo de desenvolvimento sistemático de um conjunto de faculdades físicas, mentais e morais do indivíduo, com a finalidade de prepará-lo para a sua melhor integração social, dependendo do tempo e do espaço.

Para Pacheco (2006), a Reforma educativa, representa uma transformação da política educativa de um país a nível de estratégias, objetivos e prioridades, transformação que pode ser traduzida por conceitos como inovação, renovação, mudança, e melhoria que têm como denominador comum a introdução de algo novo.

A reforma pode traduzir-se numa inovação quando existe uma mudança ao nível mais concreto da ação dos professores e dos diversos agentes educativos.

“Uma reforma educativa é um esforço contínuo de aperfeiçoamento e não uma operação que se leva a cabo e fica concluída, falar de reforma educativa num determinado momento temporal significa, talvez, a vivência mais aguda de uma nação de que é necessário ir mais fundo na mudança e conjugar esforços no sentido de encontrar soluções afortunadas, uma reforma é um movimento mais acentuado, mais generalizadamente vivido, mais esforçado dentro do movimento contínuo da educação” (RIBEIRO, 1989, p.39)

A reforma Educativa é a reestruturação dos planos curriculares, a generalização dos novos programas, o novo regime de avaliação, a autonomia curricular da escola, o papel dos manuais, etc.

As reformas educativas podem acontecer por caducidade do anterior sistema, por alterações de carácter político-ideológico ocorridas por mudança de orientação governamental, por razões sociais motivadas por lutas de classes, interesses das famílias e por alteração profunda dos valores culturais. (RIBEIRO,1989),

Segundo documento do Ministério da Educação de Angola (MED, 2001), as reformas educativas, “são geralmente vistas como processos com os quais se procura, através de mudanças ou inovações, a melhoria da qualidade de resultados de algo, podendo este ser, instituição, percursos, metodologias de trabalho, entre outros.”

Na perspectiva de Seltiz e Canário (1992), entende-se que uma reforma educativa é um conjunto de múltiplas iniciativas circunscritas a projectos, através dos quais se propõem alterações em larga escala, no currículo, tendo em vista a renovação, aperfeiçoamento ou redireccionamento das instituições educativas, baseado em opções políticas que possibilitam a redefinição de finalidades e objetivos educativos.

Todo esforço de mudança no campo da educação, é essencialmente mobilizado e orientado para a demanda da qualidade da Educação para todos, como um direito público num determinado tempo e contexto educativo.

Segundo o relatório da CAARE (2013), qualidade em educação está ligada a um dos três indicadores seguintes:

1. A expansão da rede escolar com a qual se aumenta a oferta para o acesso a escolarização,
2. O atendimento académico dos alunos onde se perspectiva o aumento do fluxo destes traduzidos na aprendizagem significativa ao longo da escolarização
3. Os resultados obtidos pelos alunos de um determinado país mediante participações em avaliações internacionais

Bertolin (2009), entende a educação de qualidade como aquela que assegura a todos os jovens a aquisição dos conhecimentos, capacidades, destrezas e atitudes necessárias para prepará-los para a vida adulta.

A reforma de um sistema educativo deve assentar em princípios que revelam valores básicos e operacionais aceites pelo consenso mais amplo dos membros da sociedade a que se destina.

Na perspetiva da CAARE (2013) Em 11 de Novembro de 1975, foi proclamada, em África e no mundo inteiro, na voz do Presidente Dr. António Agostinho Neto, a independência da República de Angola, que constitui um marco importante na vida de todos os angolanos. Em 1977, dois anos após a proclamação da independência nacional, é aprovado o Decreto-Lei que põe fim ao sistema colonial e instaura um novo sistema de educação cuja implementação se iniciou em 1978. Este sistema é constituído por: um ensino geral de 8 classes das quais as 4 primeiras obrigatórias; um ensino préuniversitário com seis semestres; um ensino médio de 4 anos com dois ramos (técnico e normal); um ensino superior.

Depois de 24 anos de vigência do sistema educativo adotado após a independência, o Ministério da Educação realiza um diagnóstico ao ensino de base em virtude de vários estudos indicarem a existência de anomalias, nomeadamente no que concerne ao fraco aproveitamento escolar dos alunos nos diferentes níveis de ensino.

Dados do INIDE (2001) referem que o diagnóstico realizado, permitiu concluir que os objetivos e as metas, almejadas pelo sistema de educação implementado desde 1978, eram demasiado ambiciosas, tendo em conta o contexto de desenvolvimento político, económico e social do país e as condições disponibilizadas para a gestão do sector educativo.

2.3 A Lei de Bases Nº 13/01 do Sistema de Educação (Reforma Educativa)

Segundo o relatório do conselho de ministros (2001) e o relatório do INIDE (2006) “os sistemas educativos são dinâmicos, os currículos são construídos sob parâmetros filosóficos,

sociológicos, culturais dominantes, regem-se pelos interesses de classe em dada etapa da vida de um país, e em função dos seus objetivos a médio prazo”.

Os sistemas educativos e de formação devem acompanhar a evolução da ciência e da técnica sob o risco de se tornarem obsoletos e prestarem um mau serviço à sociedade.

Segundo o relatório do INIDE (2006) a Lei de Base de 2001 consagra a todos os Angolanos o direito a seis anos de escolaridade básica e de qualidade. Trata-se de um Ensino Primário que deve construir nos cidadãos competências para a vida, de um Ensino Secundário que dê aos jovens uma profissão através da qual estes possam inserir-se no mercado do trabalho com competências que lhes possibilitem competir por um emprego e um ensino que dê bases para prosseguir o ensino superior com qualidade.

2.4 Justificação e Cronograma da reforma educativa

Com vista a acompanhar as modificações que se operavam nas esferas económicas e sociais os governos repensaram e redefiniram os seus sistemas de educação ajustando-os ao moderno. As reformas obedecem a uma lógica de produção de mudanças pensadas estrategicamente em função de novas realidades e necessidades sociais e tecnológicas.

As expectativas das famílias e do cidadão em idade escolar estavam erguidas na base de uma ideologia de proletariado como classe dirigente e numa economia assente na agricultura, sendo a escola percecionada como um bem do povo e estudar é um dever revolucionário (PINHEIRO, 2013).

Angola durante anos aguentou-se com uma economia, após a independência, planificada e o sistema de ensino estava estruturado para fazer os indivíduos pensarem e agirem num contexto de construção de uma sociedade socialista.

Com a reforma de 2001 iniciaram-se amplas e significativas alterações ao sistema educativo de Angola; produziram-se profundas mudanças curriculares, como sendo as refletidas no organograma do sistema (mais anos de escolaridade obrigatória; nova estrutura dos subsistemas de ensino; novos cursos profissionais; novo sistema de avaliação, etc). (CONSELHO DE MINISTROS, 2006).

As tarefas de definição e execução da reforma educativa decorrem do quadro orientador estabelecido pela Lei de Bases do Sistema Educativo e inserem-se no processo da necessária implementação da referida lei.

Segundo o relatório do Conselho de Ministros (2001), na reforma atual prevê-se a testagem prévia do currículo (perfis de saída, planos de estudo, programas e materiais pedagógicos) seguida de ajustamento dos mesmos, antes da sua generalização. Por outro lado, na reforma atual, a coexistência dos dois sistemas de educação (o antigo ou vigente e o novo), será mais longa, o que resultará numa transição mais acautelada, particularmente para o processo de ensino e aprendizagem.

No cômputo geral e pela natureza das actividades enquadradas no âmbito da reforma educativa, podem ser identificadas três etapas, designadamente: a de diagnóstico do Antigo sistema de educação de (Março a Junho de 1986), de conceção do novo sistema de educação de (1886-2001) e a implementação do novo sistema de educação (2002-2012). (MINISTROS, 2001),

A etapa de implementação do novo sistema de educação, iniciou-se em 2002 e comportando as cinco fases seguintes: Preparação (2002-2012); Experimentação (2004-2010); Generalização (2006-2011) e Avaliação global (2012).

As principais actividades desta fase são a adequação de sistemas de administração e gestão tanto do sector da educação a nível central e local, como das instituições de ensino, a elaboração de novos currículos (perfis de saída, planos de estudo, programas de ensino e materiais pedagógicos), bem como a sua reprodução e distribuição a formação de pessoal docente e de gestores escolares, a aquisição e dotação das instituições escolares de meios de ensino e equipamentos, e ainda na reabilitação e construção de infraestruturas escolares, (CONSELHO DE MINISTROS, 2001).

A segunda fase da etapa de implementação do novo sistema de educação consiste essencialmente na aplicação, a título de experimentação, do currículo (perfis de saída, planos de estudo, programas de ensino e materiais pedagógicos) produzidos. Nesta fase são abrangidas algumas instituições escolares em cada uma das 18 províncias do país, a fim de possibilitar que em cada uma delas, se realizem experiências do novo sistema de educação.

A terceira fase de etapa de implementação do novo sistema de educação consiste na avaliação e correção, com base nos dados recolhidos durante a fase de experimentação do novo sistema de educação, essencialmente na adequação dos currículos (perfis de saída, planos de estudo, programas de ensino e materiais pedagógicos).

A quarta fase da etapa de implementação do novo sistema de educação consiste essencialmente na generalização da aplicação do novo currículo em toda a extensão do território nacional.

Na quinta fase da etapa de implementação do novo sistema de educação, é realizada uma avaliação global do sistema de educação. A globalidade é assegurada com a abrangência da avaliação dos principais dispositivos do sistema de educação (currículos, processo de ensino aprendizagem, corpo docente, discente, administração e gestão e recursos materiais. (CONSELHO DE MINISTROS, 2001).

2.5 O processo de Implementação da Reforma Educativa de 2001/2004.

O período que marca a proclamação da Independência Nacional 1975 até a implementação da reforma educativa em análise, foi marcado por uma guerra civil que em muitos aspetos acabou contribuindo para o insucesso do anterior sistema educativo. Assim sendo, com uma sociedade a ressurgir das cinzas fazia-se necessário todo um conjunto de reformas políticas e conseqüentemente a existência de um sistema educacional firme e forte para atender as demandas do país, que carecia de uma estratégia de reconstrução inadiável.

Desta feita, após terem sido traçadas estratégias para reestruturação do país e conseqüentemente do sistema educacional, e uma vez que a educação ocupava um papel central naquela que era a estratégia de reconstrução nacional, fazia-se necessária a aprovação da Lei de Bases do Sistema de Educação, com o intuito de nortear e efectivizar o processo, e corrigir os erros do sistema anterior. Feito isto, o caminho estaria aberto e aplanado para que a reforma Educativa fosse efetivada.

Segundo o Ministério da Educação (2011, p. 5),” a implementação da reforma educativa visa dentre outros fatores o alcance de quatro (4) objetivos principais, nomeadamente 1º. A expansão da Rede Escolar; 2º. A melhoria da Qualidade de Ensino; 3º. O reforço da eficácia do sistema de educação; e 4º. A equidade do sistema de educação”.

2.6 Níveis do sistema educativo

o sistema de educação passa a estruturar-se em três níveis:

- a) Ensino primário. Que por sua vez centraliza o foco da nossa pesquisa.
- b) Ensino secundário.
- c) Ensino superior.

2.7 O Ensino Primário e a Monodocência na Reforma

Segundo a LBSE (2001), o ensino primário, unificado pelas seis primeiras classes de ensino passa a ser a estrutura basilar do ensino geral, sendo ele também a linha divisória para o segmento a nível secundário.

Em relação a duração de anos entre os diferentes subsistemas, quando comparados os dois sistemas (o extinto e o atual), notam-se determinadas mudanças, relativamente ao ensino primário, que actualmente tem a duração de seis anos de escolarização, quando no sistema extinto este fazia parte do ensino de base com três níveis e durava apenas quatro anos. (CHIMUCO, 2014, p.101)

Segundo Julião (2019, p. 456) “no atual sistema educativo angolano, o ensino primário é assegurado por um único professor em todas as disciplinas e classes, começando a leccionar para os alunos na 1ª classe seguindo até a 6ª classe”.

Por estarmos dentro da Monodocência, a disciplina de História não pode ser ensinado por um único professor. No ensino primário, o professor carrega todas as disciplinas o que resultada na mal qualidade de ensino.

Na estrutura curricular do ensino primário foi definida um conjunto de nove disciplinas consideradas, segundo os técnicos do Ministério da Educação e do Instituto Nacional de Investigação e Desenvolvimento da Educação, como fundamentais para o desenvolvimento harmonioso dos alunos neste nível.

Concordamos que as disciplinas como Estudo do Meio, Educação Musical, Educação Manual e Plástica sejam de extrema importância para a educação escolar no nível primário. No

entanto, na prática docente, essas disciplinas são muitas vezes secundarizadas por aqueles professores que não foram preparados para ministrá-las. Para o SINPROF (2007), existem ainda problemas relativos a:

- 1) Falta de incentivos para os professores monodocentes;
- 2) Dificuldades de acesso, a merenda escolar tanto para os alunos;
- 3) Sobrecarga das atividades relacionadas às avaliações contínua;
- 4) Problemas de realização das planificações docente conjuntas;
- 5) Largas distâncias entre a escola e os bairros vivencial dos professores;
- 6) Fracos recursos econômicos;
- 7) Ausência de materiais didáticos tanto para professores quanto para alunos;
- 8) Problemas de tempo para produzir materiais locais ao contexto do aluno, conforme as orientações do Ministério da Educação;
- 9) Condições sociais inadequadas de muitos alunos que frequentam as escolas.

Para Sorrato & Heckler (1999), as mudanças na atividade docente podem melhorar, reduzir, ou precarizar o ensino.

2.8 Estrutura do novo sistema de educação

O sistema de educação extinto tinha como base da sustentabilidade o Decreto N° 40/80 de 14 de Maio de 1980, enquanto o actual sistema possui uma lei de bases (LBSE), também conhecida por Lei 13/01, de 31 de Dezembro de 2001.

Dentro da estrutura, de acordo com o artigo 10º, no seu ponto 1, da lei de base n° 13/01, a educação realiza-se através de um sistema unificado, constituído pelos seguintes subsistemas:

1. Subsistema de educação pré-escolar,
2. Subsistema de educação de ensino geral,
3. Subsistema de ensino técnico-profissional,
4. Subsistema de formação de quadros,
5. Subsistema de educação de adultos,
6. Subsistema de ensino superior.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A metodologia da pesquisa define a maneira como o estudo se desenvolverá para buscar alcançar uma resposta ao problema de pesquisa.

3.1 Caracterização do local

3.2 Caracterização do Município do Cubal

O Município do Cubal, dista a 150 km a Leste da cidade capital de Benguela, com uma superfície de 4812 km². A divisão política administrativa é composta por quatro comunas nomeadamente: Cubal, Kapupa, Yambala e Tumbulo.

A sua população é estimada em 384000 habitantes e sua principal actividade é agricultura e criação de gado bovino.

3.3 Caracterização da escola

A escola primária BG nº 4005, 27 de Março-Cubal, foi criada em decreto nº 167 de 2015, localiza-se no Município do Cubal e funciona em dois turnos.

É uma escola de construção definitiva localizada no bairro novo à beira da estrada nacional 260. Conta com 53 funcionários e 1152 alunos matriculados no ano lectivo 2022/2023.

3.4 Métodos utilizados

Análise Documental

Na perspectiva de Sousa (2009) a análise documental é uma operação ou um conjunto de operações visando representar o conteúdo de um documento sob forma diferente da original e tem por objetivo de apresentar de outro modo a informação, facilitando a compreensão e a aquisição do máximo de informação com maior pertinência.

3.5 Análise e síntese

“O método análise e síntese, consiste na apresentação e prova da existência de condições de possibilidade da sensibilidade e do entendimento como representações intuitivas e discursivas”. (KANT, 2010).

3.6 Indutivo-dedutivo

Indução- dedução, são duas formas de raciocínio lógico que embasam a construção do conhecimento humano, (Menezes, 2004).

3.7 Entrevista:

De acordo com Bogdan (1994, p.134), a entrevista é utilizada para recolher dados descritivos na linguagem do próprio sujeito, permitindo ao investigador desenvolver intuitivamente uma ideia sobre a maneira como os sujeitos interpretam aspectos do mundo.

3.8 Questionário

Questionário é definido como a técnica de investigação composta por um conjunto de questões que são submetidas a pessoas com o propósito de obter informações sobre conhecimentos, crenças, sentimentos, valores, interesses, expectativas, aspirações, temores, comportamento presente ou passado etc. (GIL, 2008, p.142)

3.9 Tipo de pesquisa

Neste trabalho, utilizou-se uma pesquisa quali-quantitativa

3.10 Determinação da População e Amostra

A população consiste num conjunto dos seres animados e inanimados que apresenta pelo menos uma característica em comum (Lakatos & Marconi, 2007). A escola em referência conta com 2 turmas da 6ª classe, sendo 35 cada turma. Totalizando assim 70 alunos.

Com isto, tem-se uma população de 70 alunos.

3.11 Amostra

Segundo Coutinho (2014, p.89) a amostragem é o processo de selecção dos sujeitos

que participam no estudo, amostra é o conjunto de sujeitos (pessoas, documentos) de quem se colherá os dados e deve ter as mesmas características das da população de onde foi extraída. A amostragem tem um impacto importante sobre a qualidade dos resultados, devendo ser, o mais possível, representativa da população.

Para esta pesquisa, considerou-se recolher uma amostra de 20 beneficiados pela reforma educativa.

Tabela. 1- Ilustração da amostra

Idade	Estudantes	Feminino	Masculino	Percentagem
10-11	7	3	4	35%
11-12	5	4	1	25%
12-13	4	2	2	20%
13-14	4	1	3	20%
Total	20	10	10	100%

3.12 Tipo de abordagem

A pesquisa que envolve uma abordagem qualitativa leva em consideração o ambiente social e os sujeitos como principais fontes de recolha de informações, logo a experiência dos mesmos joga um papel preponderante cujas motivações, desejos, empenho, valores, representações são captadas imediatamente. Logo, a abordagem qualitativa, parte do fundamento de que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, uma interdependência viva entre sujeito e objeto, um vínculo indissociável entre o mundo objectivo e a subjetividade do sujeito.

3.13 Princípios éticos da pesquisa

Qualquer investigação tem necessariamente de seguir alguns princípios éticos e deontológicos para que possa desenvolver-se com sucesso e possa efectivamente ser aceite na comunidade científica.

Assim, como refere Tuckman (2000), sem o respeito destes princípios, o processo de investigação pode dificultar, prejudicar, perturbar, tornar-se enganoso, ou afectar, de qualquer modo, negativamente, a vida dos que nele participam.

Deste modo aplicamos o princípio de consentimento informado.

Em relação à confidencialidade, asseguramos o carácter confidencial dos dados que nos seriam facultados, garantindo que os dados seriam tratados estatisticamente e codificados.

3.14 Técnicas e Instrumentos de recolha de dados

Rogiers (1998) define técnica como um conjunto de processos pré estabelecidos para efectuar numa certa ordem e eventualmente num certo contexto.

Para análise dos dados, neste trabalho aplicou-se os inquéritos por entrevista e por questionário.

O inquérito por entrevista, segundo Bogdan e Biklen (1994), consiste numa conversa intencional, geralmente entre duas pessoas.

A entrevista, na perspectiva de Coutinho (2014, p.139), Visa a obtenção de informação através de questões que são colocadas ao inquirido pelo investigador, as questões a colocar podem ser abertas, fechadas ou uma mistura de ambas.

O inquérito por questionário é um instrumento estruturado em forma de formulário, no qual são apresentadas questões sistematicamente articuladas, que se destinam a levantar informações escritas por parte dos sujeitos pesquisados, com vista a conhecer a opinião dos mesmos sobre o assunto em estudo (Marconi & Lakatos, 2009).

4 DESCRIÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Os dados recolhidos mediante a entrevista, visaram enriquecer os dados obtidos através dos questionários.

Para que se possa compreender a reforma escolar, empregou-se um guião de perguntas aos membros da Direção da Escola Primária BG nº 4005, 27 de Março no Município do Cubal,

A primeira pergunta mostra os dados pessoais dos inquiridos.

A segunda pergunta pretende saber” O que é a reforma educativa?”

Nesta pergunta 16 entrevistados responderam que a reforma educativa é um sistema que veio organizar a educação da seguinte forma: um subsistema do ensino de base; um subsistema do ensino técnico-profissional e um subsistema do ensino superior, 4 entrevistados responderam que a reforma educativa é um sistema que obriga avaliação continua.

“ O Sistema de Educação na República de Angola é caracterizado por dois problemas fundamentais, a saber: o acesso e a qualidade, sendo mais grave a situação no domínio da educação básica e da formação média, impondo assim a urgente tomada de medidas” (GOV. Angola, 2001, p.11).

A terceira pergunta é formulada na seguinte forma: “Que diferença há entre a primeira e a segunda reforma?”.

Como resposta, 8 entrevistados responderam que : a implementação das duas últimas reformas, com maior incidência para reforma de 1978 e bem como de alguns elementos que de certo modo acabaram contribuindo para o seu insucesso e conseqüentemente para o retardar do desenvolvimento social angolano. Iremos para uma maior compreensão do ponto de vista estrutural, apresentar a tabela abaixo que apresentará a disposição do sistema educacional durante a anterior reforma, nomeadamente a reforma educativa de 1978.

Na mesma pergunta, 12 entrevistados responderam que na primeira reforma, o ensino era de qualidade já na segunda reforma não ensino de qualidade ou a qualidade é pouca.

Tabela-2

Educ. Pré-Escolar	Ensino de base		Ensino Médio		Ensino Superior	
Creche	1º nível	1ª, 2ª, 3ª e	Normal	Pré- Univ	Bach.	Lic.
		4ª classe	9ª classe	1º ano	1ª ano	1ª ano
Jardim-de-infância	2º nível	5ª e 6ª classe	10ª classe	2º ano	2º ano	2º ano
			11ª classe			3º ano
			4º ano			
Iniciação	3 nível	7ª e 8ª classe	12ª classe	3º ano	3º ano	5º ano

De acordo com a Lei de Bases do Sistema de Educação-Lei nº 13/01, no seu Capítulo III, organização do Sistema de Educação, Secção I Estrutura do Sistema de Educação, artigo 10º (Estrutura), a segunda reforma informa que em Angola, a educação realiza-se através de um sistema unificado, constituído pelos seguintes subsistemas de ensino (LEI DE BASE DO SISTEMA DE EDUCAÇÃO, 2001, p.5):

- a) Subsistema de educação pré-escolar;
- b) Subsistema de ensino geral;
- c) Subsistema de ensino técnico-profissional;
- d) Subsistema de formação de professores;
- e) Subsistema de educação de adultos.
- f) Subsistema de educação superior;

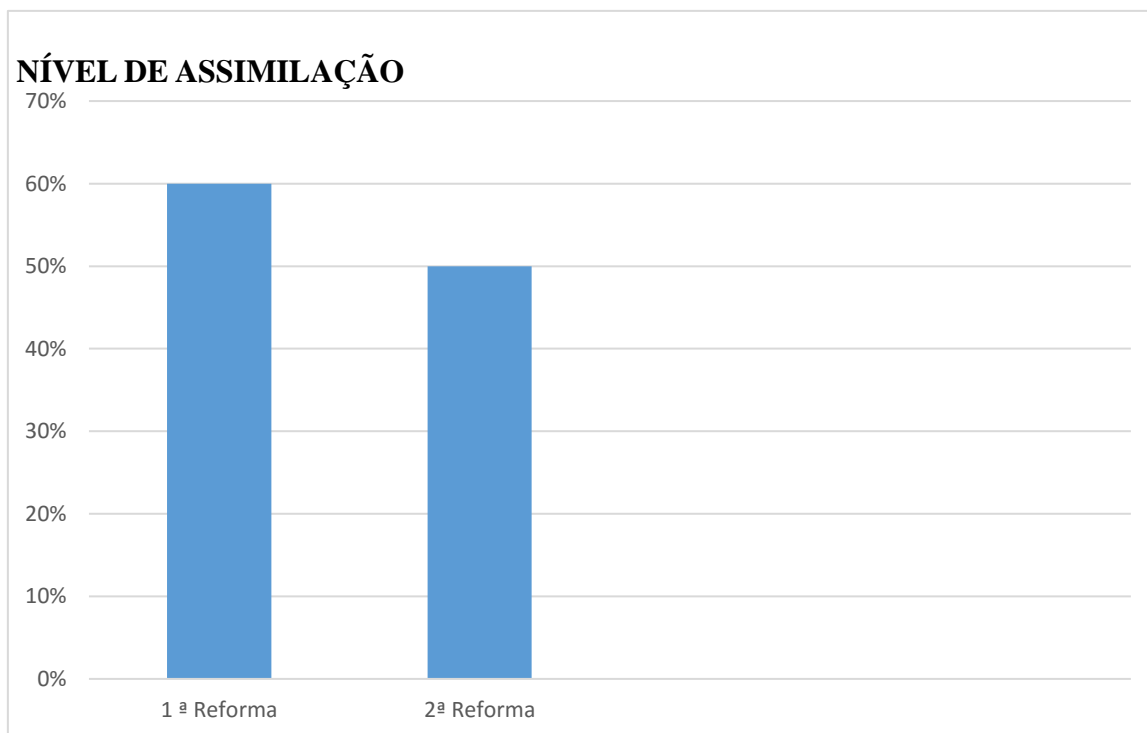
(Lei de Base do Sistema de Educação, 2001, p.5).

Desta feita, o sistema de educação passa a estruturar-se em três níveis:

- a) Ensino primário.
- b) Ensino secundário.
- c) Ensino superior.

A terceira pergunta é formulada na seguinte forma: “Que diferença há entre a primeira e a segunda reforma?”.

Nesta pergunta marcamos a diferença da primeira reforma e da segunda reforma apartir da ilustração de um gráfico. Nas duas reformas não há sucesso escolar só que a primeira marca uma pequena diferença com 60% do nível de assimilação enquanto a segunda conta com 50% do nível de assimilação.



Pergunta-se na quarta questão que: “Que benefícios trouxe a segunda reforma educativa?”

15 entrevistados responderam que a reforma educativa não trouxe nenhum benefício porque no ensino primário dificilmente o aluno reprova sabendo como não. Também existem módulos em que em um ano se estudam duas classes, isso tudo cria debilidade nos alunos

impulsionando assim a mal qualidade de ensino e 5 entrevistados responderam que trouxe poucos benefícios.

Na quinta pergunta, questiona-se que: Como tem se notado o nível de assimilação no actual ensino em comparação com o ensino vigente?

Nesta pergunta 11 entrevistados responderam que no actual ensino o nível de assimilação é muito fraco. Os alunos se dedicam pouco e as vezes não fazem tarefas que o professor deixa para casa.

9 entrevistados responderam que no ensino vigente houve exigências, os professores batiam alunos fracassados; neste caso o nível de assimilação era mais elevado em relação o ensino actual.

Pergunta.se na sexta pergunta: “Considera-se correcto pedagogicamente a reforma ter definido a aprovação automática do aluno da 1ª a 6ª classe mesmo não sabendo ler e escrever?”

Responderam 20 entrevistados que não se consideram correcto a aprovação automática do aluno da 1ª à 6ª classe mesmo não sabendo ler e escrever, porque com isto não teremos quadros neste país.

Na sétima questão quiere se saber: “A escola tem proporcionado aos docentes acções de formação contínua?”

Nesta pergunta 13 entrevistados responderam que sim tem havido acções de formação contínua e 7 entrevistados responderam que não tem havido essa formação.

A Monodocência é um sistema de ensino em que um mesmo educador, monitor, professor ou mestre, se ocupa de certo grupo de educando, alunos ou estudantes, dando-lhes todas as disciplinas necessárias para a sua formação em dado nível do ensino (ISAIAS, 2013). Noutros termos, na Monodocência existe apenas um único professor que assegura o ensino de todas as disciplinas de uma classe. Esse sistema de ensino vem provocando diversas reclamações por parte dos professores e dos responsáveis pela educação dos alunos. Muitos políticos, tanto do Ministério da Educação, como do Governo, defendem que a monodocência é um modelo universalmente aceito por isso deve ser mantido no sistema de ensino primário em Angola. Alguns académicos reprovam a monodocência, uma vez que os professores que

trabalham com essa fase do ensino são, na sua maioria, de baixo nível acadêmico preciso uma formação ou um seminário de capacitação para superar algumas dificuldades por parte dos professores. Nem todas as disciplinas que o professor domina, mas é obrigado a a lecionar todas as disciplinas o que contribuí no mal qualidade de ensino.

5 PROPOSTA DE SOLUÇÃO

- 1) A garantia de um ano de sensibilização escolar antes da 1^a. Classe (Pré-Escolar ou Iniciação).
- 2) A introdução do ensino das línguas nacionais em classes a determinar do Ensino Primário.
- 3) A definição de uma política do manual escolar e material didático para o Ensino Obrigatório.
- 4) A melhoria dos programas e métodos de ensino e de avaliação no Ensino

6 CONCLUSÕES

A Reforma Educativa estabelece no processo de ensino, os principais benefícios: 1º A expansão da rede escolar; 2º A melhoria da qualidade de ensino e aprendizagem; 3º O reforço da eficácia do sistema de educação; 4º A equidade do sistema de educação.

É importante também salientar que, qualquer política educacional que vise assegurar um ensino de qualidade precisa partir do conhecimento prévio das características, expectativas e possibilidades dos formadores, dos formandos e das condições para sua realização. O conjunto dessas informações podem ser usadas para subsidiarem as estratégias educacionais propostas nos documentos.

A dinâmica do Sistema Educativo traduzida essencialmente nos seus resultados e contributos para o processo de desenvolvimento do país, só pode ser convenientemente analisada através do seu relacionamento interactivo, por um lado com o quadro institucional em que se insere, e, por outro, com a identificação dos traços essenciais do processo de ensino – aprendizagem e de formação que o explicita, os quais limitam ou favorecem a consecução dos níveis de acessibilidade e de eficácia, qualidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BERTOLIN, J. C. G. **Qualidade em educação superior : da diversidade de concepções a inexorável subjetividade conceitual**: Campinas: 2009.
- BOGDAN, R & BKLEN, S. **Investigação qualitativa em educação, uma introdução à teoria e aos métodos**. Porto : Porto Editora. 1994.
- CAARE. **Informação sobre a implementação do novo sistema de educação : reforma educativa do ensino primário e secundário**. Luanda : Editor : INIDE. 2013.
- CHIMUCO, S. M. N. **A formação inicial de professores em Angola no contexto da reforma educativa: desafios e necessidades** : Universidade do Milho, 2014.
- CONSELHO DE MINISTRO. **Estratégia Integrada Para a Melhoria do sistema de Educação**. 2001.
- CONSELHO DE MINISTRO. **Lei de bases do sistema educativo: lei n. 13/01**. 2006.
- COUTINHO, C. **Metodologia de investigação em ciências sociais e humanas : teoria e prática**. Coimbra. : Edições Almedina., 2014.
- DAKAR. Brejon. **Estrutura e Funcionamento do Ensino de 1º e 2º Graus: Leituras**. São Paulo : Pioneira., 2006.
- GIL, A.C. **Métodos e técnicas de Pesquisa Social**. São Paulo. 2008.
- GOGUELIN, P. **La formation continue des adults** - Paris 1995.
- GOVERNO DA REPUBLICA DE ANGOLA. **Estratégica integrada para a melhoria do sistema de educação 2001/2002**. [Livro]. - 2001.
- HECKLER. M.E. **História recente da educação em Angola**. Luanda : 1999.
- INIDE. **Administração e Supervisão Escolar**. Luanda : 2006.
- INIDE. **Currículo de Educação Pré-Escolar**. Luanda : 2016.
- INIDE. **Currículo de Educação Pré-Escolar**. Luanda : 2001.
- INIDE. **Currículo de formação de professores do Iº ciclo do ensino secundário**. Angola. Luanda. : 2003.
- KANT N. S. C. **Repensando e Resignificando a Gestão Democrática da Educação na “Cultura Globalizada”**. 2010.
- LAKATOS, E & MARCONI. M. **Técnicas de pesquisa**. São Paulo : Editora Atlas S.A. 2014.
- LEI DE BASE DO SISTEMA DE EDUCAÇÃO. **Plano mestre de formação de professores em Angola**. Luanda : 2001.

LEI DE BASE nº 13/01 DE 31 DE DEZEMBRO. Plano mestre de formação de professores em Angola. Luanda : 2015.

MARQUES. M.R.A. Tópicos Especiais em Política, Gestão e Educação – “Estado e Reforma Educacional Contemporânea. Uberlândia: Mimeo. 2007.

MED. Estratégia Integrada para a melhoria do sistema de educação. Luanda. : Edição: Editorial Nzila. 2001.

MENESES. Azancot . Um olhar sobre a implementação da Reforma Educativa em Angola. Luanda : 2004.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Balanço da 2ª Reforma educativa em Angola. 2011, p.5.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Plano Mestre de Formação de professores Angola. Luanda. : 2019.

PACHECO, J. Currículo, didática e formação de professores. Campinas : Papyrus Editora., 2006.

PINHEIRO, C. Jogos para a estimulação das múltiplas inteligências. Rio de Janeiro: 2013.

RIBEIRO, C.A Reflexões sobre a reforma educativa. Lisboa. : Texto Editora. 1989.

RONGIERS, C. A. Como Elaborar Projecto de Pesquisa. São Paulo : Atlas, 1998.

SAKAMOTO, C.K & SILVEIRA .I.O. Como fazer Projectos de iniciação científica. São Paulo : PAULOS., 2014.

SAKAMOTO. C.K. Como fazer Projectos de iniciação científica. São Paulo : PAULOS. 2014.

SELTIZ, J & CANÁRIO. L . Initiation a la pedagogia psychanalittique. Paris. : Edition: Salvator Mulhouse., 1992.

SINPROF. Reforma educativa em Angola tem sido um fiasco. Angonoticia. 2007.

TUKMAN, W.B. Manual de investigação em educação. Como conceber e realizar o processo de investigação. Lisboa : Fundação Calouste Gulbenkian., 2000.

APÊNDICE

6.1 APÊNDICE 1



CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA

Estimada direcção: a presente entrevista faz parte do trabalho de investigação de fim de curso de Licenciatura no curso de História no Instituto Superior Politécnico da Caála, com objectivo fundamental recolher informações à direcção da Escola primária BG nº 4005, 27 de Março no Município do Cubal,

I – Dados pessoais

1. Sexo

Masculino ()

Feminino ()

Idade _____

2. O que é a reforma educativa?

3. Que diferença há entre a primeira e a segunda reforma?

4. Que benefícios trouxe a segunda reforma educativa?

5. Como tem se notado o nível de assimilação no actual ensino em comparação com o ensinoigente?

6. Considera-se correcto pedagogicamente a reforma ter definido a aprovação automática do aluno da 1ª a 6ª classe mesmo não sabendo ler e escrever?

7. A escola tem proporcionado aos docentes acções de formação contínua?

Grato pela colaboração

6.2 APÊNDICE 2- Imagem da escola



Data : 30/06/2023

Hora : 11 horas

Fonte : própria

6.3 APÊNDICE 3- Imagem dos alunos



Data : 30/06/2023

Hora : 11 horas

Fonte : própria